



Fonte: DOC

Class.:

Data: 22/08/94

Pg.: 2606-09 seção 1

PARECER Nº 107/DID/DAF, DE 30 DE JULHO DE 1994

Processos nºs: FUNAI/BSB/1247/93, FUNAI/BSB/1257/93 e FUNAI/BSB/1270/93. Denominação: Área Indígena MÉDIO RIO NEGRO. Grupos Indígenas: Baré, Baniwa, Tukano, Tuyuka, Tariana, Desana, Daw, Nadéb, Arapaço, Piratapua, Siussi, Warekena. População: 2.826 indivíduos. Localização: Territórios do Brasil e da Colômbia. No Brasil nos Estados do Amazonas, Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro. Área correspondente ao Médio Rio Negro. Relatora: Isa Maria Pacheco Rogedo.

1. ANTECEDENTES

Os grupos mencionados aglutinam-se nas seguintes famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruake e Maku (isolado). Ocupam as áreas de planície, áreas montanhosas e cabeceiras de igarapés de duas redes hidrográficas importantes: Rio Negro e Rio Japurá. As áreas em apreço são reconhecidas historicamente como de ocupação contínua desses povos, desde tempos imemoriais.

Podemos mencionar algumas hipóteses relativas à origem desses povos na Amazônia. Em uma delas, a região do noroeste da Amazônia teria sido povoada progressivamente, em três etapas. Inicialmente a área teria sido ocupada por povos de cultura mais simples como os Maku. Depois, oriundos do norte, chegaram os povos de cultura mais complexa como os Aruaques (provavelmente no início da era cristã). Posteriormente, vindos do oeste, os Tukano ocuparam as áreas onde se encontram atualmente. (Nimuen dajú, C. - 1927/1982).

Outra hipótese é a de que há, aproximadamente, 3.000 anos a.c. os Proto-Aruaques estariam vivendo nas áreas próximas a Manaus. Um segmento deles teria subido o Rio Negro, em rota migratória até o rio Orinoco. (Lathrap - 1970).

Estudos mais recentes demonstram que a colonização pré-histórica do Rio Negro ocorreu entre 1.000 a 3.000 anos a.c. pelos Proto-Maipure (Proto-Aruaques) que habitavam o Médio Rio Amazonas. Deste ponto dispersaram-se, dividindo-se em quatro grupos, entre os quais três migraram para o Rio Negro: os Proto-Curripaco (Rios Içana e Uaupés), Proto-Barés (Médio e Alto Rio Negro e Cassiquiare) e Proto-Manau (Médio Rio Negro e afluentes). (Zucchi, A. - 1987).

Fontes históricas do século XVI registraram a existência de povos indígenas Aruaque e Tukano no Rio Negro. É possível supor que os povos Tukano e Aruaque do Rio Negro teriam entrado em contato com a cultura europeia já no século XVII. Pedro Teixeira, em 1637, subiu o Rio Amazonas, identificando a desembocadura do Rio Negro. Referências como esta evidenciam o conhecimento que os portugueses tinham sobre a existência de população indígena neste Rio.

O século XVII se inscreve na história do Rio Negro pelas "tropas de resgate" e pelas "guerras justas". Trata-se da busca de braços e escravos indígenas para o trabalho nas fazendas e na coleta de drogas do sertão. Data de 1657 a notícia da primeira empresa portuguesa no Rio Negro. Nesta viagem, com tropa comandada por Vital Maciel, seguem para o Pará cerca de seiscentos índios escravos. Em 1669, a construção do Fortim de São José do Rio Negro marca a presença militar portuguesa na região. O objetivo consistia em servir como base para futuras entradas à cata de escravos.

O século seguinte, em 1724, instalam-se os missionários Carmelitas que acompanhavam as tropas de resgate em busca de braços escravos. Estas tropas acompanhadas por missionários chegaram a atingir o Rio Branco e o Rio Cauaboti. Epidemias de doenças como o sarampo e a "bexiga", trazidas pela população de origem europeia, além da captura de escravos, ocasionaram, em meados do século XVIII, um violento decréscimo da população indígena nas áreas do Baixo e Médio Rio Negro. Não obstante isso, o Rio Negro continuaria sendo referencial para as "tropas de resgate", para as "entradas" e "descimentos" de índios para o Pará.

Após 1750, durante o Período Pombalino, muito embora a população indígena experimentasse uma liberdade jurídica, os "descimentos" tornaram-se mais intensos. Novos assentamentos pontuaram as margens do Médio Rio Negro e seus afluentes, controlados por militares portugueses instalados nos Fortes de São Gabriel da Cachoeira e Marabitanas, construídos em 1763. A manutenção da força de trabalho escrava indígena para as culturas de anil, mandioca e para o trabalho na coleta do cacau continuavam necessárias. Esta situação caracterizou o Rio Negro como fornecedor de mão-de-obra indígena para o Pará, durante o período colonial.

O século XIX trouxe mais turbulência e problemas para a população indígena do Rio Negro. A ação de catequese missionária dos Carmelitas (1832/52), Capuchinhos (1852/54) e Franciscanos (1880/83), serviu aos militares na tarefa de "redução", repressão e exploração da força de trabalho indígena, sobretudo nas atividades extrativas.

A criação da Província do Amazonas, em 1850, manteve a tradição perversa do apresamento indígena no Rio Negro. As ações de apresamento dos índios, sistematizadas pelo governador João Batista Tenreiro e sucessores, eram coordenadas pelos "Diretores Indígenas" com a colaboração dos missionários Carmelitas e Franciscanos. Esta atividade levou, ao longo do século XIX, ao esvaziamento de várias comunidades indígenas dos Rios Uaupés, Içana e Xié, cuja população era levada à força para a região do Médio Rio Negro, principalmente para o trabalho de extração da borracha. Deste traslado forçado resultou a migração dos povos Tukano, Desana e Tariana levados, do Alto Rio Negro e afluentes, para o trabalho de extração do látex no Médio Rio Negro. A presença de descendentes dos povos originários dos Rios Uaupés e afluentes, Içana e Xié, no Médio Rio Negro resulta desta migração forçada.

2. PERÍODO CONTEMPORÂNEO

No presente século, mantem-se e intensifica-se a exploração do trabalho indígena nos seringais, balatais e piaçabais como desdobramento do que vinha ocorrendo anteriormente, nas regiões do Médio Rio Negro e Rio Teá. Surge a figura do "regatão" como principal veículo de exploração da mão-de-obra indígena. De modo geral, esses "regatões" são

comerciantes de origem européia que submetem a população indígena à trabalhos forçados e a maus tratos, marcando esta população pela exploração e conflitos. As relações entre comerciantes e índios foi também marcada pela transumância forçada. Comerciantes transportavam famílias e grupos de um local a outro, para o trabalho extrativista. Atualmente essa situação continua a se reproduzir, sobretudo na utilização da mão-de-obra indígena na extração da piaçaba e cipó que abastecem o mercado urbano.

Cabe ressaltar o "sistema de aviamento" que mantém os pequenos produtores indígenas submetidos aos grupos e médios comerciantes através de dívidas perenes. São esses comerciantes os responsáveis pela venda de mercadorias cujo valor de troca é sempre superior aos produtos utilizados nas transações comerciais, acentuando, na relação "patrão-fre-quês", a assimetria e a submissão que caracterizam os povos indígenas da região. Alguns destes povos ficaram particularmente marcados pela violência imposta pelos comerciantes, como demonstram as histórias dos Daw e dos Nadéb.

Outros segmentos da sociedade nacional mantêm contato tenso com a população indígena, ocasionando situações de conflito. Trata-se aqui de garimpeiros e empresas mineradoras. Desde 1985, as empresas mineradoras Paranapanema e Goldem Amazon atuaram na região dos rios Curicuriari, Marié e Traíra (Município de Japurá), na fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Tais empresas que atuavam em prospecção mineral estabeleceram "guarnições de segurança" que impediam a circulação da população indígena, ocasionando situações tensas e, em alguns casos, conflitos. Neste período se inicia também a entrada de garimpeiros na região. A retirada de garimpeiros da área Ianomami reorientou o movimento em direção ao Médio Rio Negro e Rio Traíra. Em 1990 grupos de garimpeiros subiam o Rio Marié até a Serra do Tigre. A disputa por lavras tornou-se ameaça constante para a população indígena uma vez que os garimpeiros utilizavam os campos de caça, pesca e coleta em suas viagens.

A gleba militar existente na área constitui outro entrave para os povos indígenas da região. O Decreto-Lei nº 95.859 de 9 de março de 1988, assinado pelo ex-presidente José Sarney, assegura ao Exército uma área de 1.016.350 ha, localizado no Município de São Gabriel da Cachoeira, nos Rios Curicuriari e Marié, incidente em território Tukano, Baniwa, Baré e em área de trânsito dos Daw, povo nômade que, tradicionalmente, habita as cabeceiras dos igarapés.

Somando-se aos problemas acima mencionados, há o fato de os segmentos nacionais hegemônicos, presentes na região, apresentarem, reiteradamente, um discurso assimilacionista que nega à essa população sua condição indígena.

3. O GARIMPO NO MÉDIO RIO NEGRO E OUTROS PROBLEMAS ATUAIS

Entre os principais problemas existentes na área do Médio Rio Negro, destaca-se o garimpo. Até o ano de 1992, as atividades garimpeiras localizava-se nas áreas circunvizinhas ao Pico da Neblina, nas regiões da Serra do Traíra e do Rio Içana (Pauá): áreas próximas às fronteiras do Brasil, Colômbia e Venezuela. As dificuldades de acesso às essas áreas, a super exploração de outros rios como o Madeira (Rondônia) e Tapajós (Pará) e, mais recentemente, a expulsão dos garimpeiros da área Ianomami, constituem fatores responsáveis pela reorientação do movimento de migração garimpeira para os rios Cauaboris e Negro.

Cabe ressaltar que o movimento de migração garimpeira intensificou-se após reportagem veiculada pela Rede Globo, em meados de 1992, pelo repórter Marcos Losekan, enfatizando a grande quantidade de ouro existente na região, além do apoio que a atividades garimpeira vinha recebendo do ex-prefeito de Santa Isabel do Rio Negro. A reportagem não informou, porém, que a região em questão se insere no Parque Nacional do Pico da Neblina (Decreto 83.550 de 05/06/79) e na Área Indígena do Médio Rio Negro, já reclamada pelos índios ao Ministério Público Federal (Ação Declaratória nº 93.0012345-9).

Denúncias de irregularidades, de violência e de desabastecimento de víveres e combustível causado pelo garimpo no Município de São Gabriel da Cachoeira deram origem à criação de uma Comissão (Decreto Municipal de 04/11/92), constituída pela Câmara de Vereadores, Diocese, FUNAI, Exército, Polícia Militar, IBAMA e Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, para averiguar as consequências da atividades garimpeira. A referida Comissão constatou: "a presença de 200 balsas motorizadas, dezenas de lanchas conduzindo suprimentos e derivados de petróleo, sem qualquer segurança", movimento de 2.500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, utilização de mercúrio em larga escala na lavagem do ouro, despejos de derivados de petróleo no rio, em grande quantidade como de ocorrência do funcionamento de dragas e do intenso trânsito de lanchas, desmatamento pontuado para construção de barracões - Corrutelas - ao longo do rio, ausência de assistência médica e sanitária, comercialização de drogas (cocaína), assassinatos, venda de bebida alcoólicas, casos de doenças graves como febre-amarela, cólera, leishmaniose, presença de prostitutas, etc.

Em dezembro de 1992 o relatório da Comissão, enviado à Procuradoria Geral da República, resultou na interferência da Polícia Federal. A ação da PF foi, no entanto, passageira. Os garimpeiros retirados do rio Cauaboris deslocaram-se para o Rio Negro, onde passaram a atuar, de forma intensa, a partir de janeiro de 1993. Além do Rio Negro tentaram ocupar os rios Curicuriari e Marié. Em abril de 1973 existiam, entre a foz do Rio Cauaboris e a foz do Rio Marié, 350 balsas e dragas em funcionamento. Algumas dessas balsas estavam sendo transportadas rio acima. Uma ilha situada em frente à foz do Cauaboris - Ilha de Jerusalém ou do "Dedé" - transformou-se no principal entreposto do garimpo com infra-estrutura de combustível, farmácia e rádio-comunicação.

Outros transtorno provocados por garimpeiros nas comunidades indígenas deixaram sérias consequências, principalmente, nas comunidades de Vila Nova e Bacabal. A população dessas comunidades é constituída por Baniwa do Rio Içana, de religião protestante. Estas comunidades foram ocupadas, compulsoriamente, pelos garimpeiros que transformaram suas "Casas de Conferência" religiosa em boites, dada a intensa circulação de prostitutas no "corrutelo", situado próximo ao porto da comunidade de Vila Nova. Em Bacabal construiu-se uma pista de pouso para pequenos aviões. Em vários pontos, o canal foi assoreado por bancos de areia, produzindo desvios irreconhecíveis para a navegação fluvial. Trata-se, portanto, de um problema de segurança de navegação que atinge os interesses da Marinha.

Em maio de 1993, a Justiça Federal concedeu uma liminar determinando a retirada dos garimpeiros do Rio Negro. A retirada dos garimpeiros foi eficiente, mas como de outras vezes, temporária. Em janeiro

de 1994, o Grupo de Trabalho responsável pela Identificação da Área Indígena da FUNAI (Portaria 1247/93), constatou a presença de balsas em operação na região, à despeito da liminar concedida pela Justiça Federal, proibindo o garimpo na região.

O Decreto-Lei nº 95.859, de 09 de março de 1988, assegura ao Exército uma área de 1.016.350 ha localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, nos Rios Curicuriari e Mariá (Médio Rio Negro). Esta gleba incide em território Tukano, Baniwa, Baré e em área de circulação dos Daw (Maku), justamente nos territórios de caça, pesca e coleta desses índios, bem como dos locais que eles consideram sagrados.

A população indígena do Rio Curicuriari se sente, particularmente, ameaçada pela presença desta Gleba. Nos exercícios de sobrevivência na Selva, os militares utilizam trilhas indígenas, colocando armadilhas para simular situações de guerra. Simulam ataques dentro das aldeias com tiros de festim causando correrias e grandes transtornos aos habitantes. Por esses motivos as mulheres, como medo, não vão as roças.

Em 1991, a Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro - ACIBRIN, reivindicou a anulação do Decreto-Lei que dá origem à Gleba Militar, baseado no parágrafo 6º, artigo 231, Capítulo VIII (dos Índios), da Constituição Federal de 1988.

4. OS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO RIO NEGRO

Os povos indígenas que habitam a Área Indígena do Médio Rio Negro pertencem a três famílias linguísticas: Aruak, Tukano Oriental e Maku. A família Aruak se divide em diversos grupos tais como os Baré, Tariana, Warekena e os Baniwa. Os povos da família Tukano Oriental se dividem em vários grupos patrilineares exogâmicos, diferenciando-se por línguas específicas, entre os quais o Tukano, Desana, Piratapuaia, Arapaço, Tuyuka, Kobewa, Wanano, Siriano, entre outros. Os Maku são representados pelos Daw, conhecidos como Kamã, e pelos Nadëb.

a) Os Aruak vivem tradicionalmente, em território brasileiro, colombiano e venezuelano, ao longo do Rio Negro, desde as cabeceiras até seu médio curso, compreendendo seus afluentes Içana, Xiê, Uaupês, Curucuriari, Mariá, Tea, Uneuixi e Urubaxi. Encontram-se distribuídos também no Canal do Cassiquari, no médio Orinoco e no Inírida. No Médio Rio Negro estão representados, principalmente pelos Baniwa, Tariana e os Baré, que juntos somam cerca de 44% da população indígena dessa região.

O termo Baniwa (Baniba, Maniva), é um termo da língua geral, usado pelos brancos, desde o período colonial, para identificar os povos Aruak do Içana e outros rios por eles habitados. Entre si, referem-se pelos nome das fratrias, cada uma falante de um dialeto da língua Baniwa, tais como Hohódene ou Oalipere Dakenai. Essas variações dialetais não constituem obstáculos para sua comunicação. Consideram-se todos "nós" em relação a seus vizinhos de línguas diferentes e mantêm vínculos linguísticos e culturais com os Baré e Tariana.

O termo Baré deriva de bári (branco), significando os homens brancos em oposição aos homens negros. Os Baré atuais descendem dos povos citados pela historiografia como Mandahuaca, Manaca, Baria, Cunipusana e Pasimnare, sobre os quais pouco se conhece, sendo considerados pelos estudos os Aruak como clãs exogâmicos, que se distinguiram de um tronco comum há uns 150 - 200 anos. O termo Tariana pode ser traduzido por "o recebedor ladrão". Consideram-se descendentes de Karipiculi, um deus comum a outros grupos Aruak.

Os Warekena (Werequena, Guarequena, Uerequena, Arekena, Ueriquena) têm a maior parte de sua população vivendo no Caño Maruapo, na Venezuela e Rio Xiê, no Brasil.

A morfologia social dos Aruak se assemelha à dos Tukano Orientais. As povoações Aruak são construídas às margens dos rios, igarapés e pequenas ilhas. Antigamente, as aldeias eram formadas por grandes Malocas multifamiliares, de forma retangular, com um espaço central para uso cotidiano e ritual. O efeito do contato e, em especial, a evangelização resultou em uma reorientação do espaço da antiga aldeia. Hoje em dia, uma comunidade se constitui de várias casas de barro, cobertas com palha, distribuídas ao redor de uma praça retangular.

O padrão de residência dos Aruak é, tradicionalmente, virilocal: cada comunidade possui um certo número de famílias nucleares cujos chefes são tão ligados através de relações de germanidades, sejam irmãos consanguíneos ou classificatórios.

De modo geral, os Aruak dividem-se em fratrias exogâmicas, cada uma delas constituída por sibs patrilineares, por sua vez, distribuídos em vários grupos locais.

A terminologia de parentesco Aruak é do tipo Dravidiano que classifica os primos paralelos como consanguíneos e os cruzados como afins, em, pelo menos, três gerações centrais - a geração de Ego, de seus pais e de

seus filhos. As regras de casamento se baseiam na reciprocidade entre fratrias; havendo sempre um sib privilegiado com o qual se realizam múltiplos e repetidos casamentos entre gerações. Mais recentemente, vem ocorrendo casamentos com grupos de outras famílias linguísticas (sobretudo Tukano), cujo significado parece ser o de um ajuste das regras de parentesco à nova situação histórica, em que indivíduos de origem linguística distinta se integram segundo o modelo do contato interétnico.

O sistema produtivo Aruak está baseado na agricultura da mandioca, na pesca e na caça. Planta-se também, em pequena escala, cana-de-açúcar, cará, abacaxi, macaxeira etc. A pesca é realizada durante todo o ano constituindo-se na principal fonte proteica dos índios. A caça, segundo fonte proteica, privilegia a anta, a paca, a cutia e a cutiaia. Desde o século XVIII a economia extrativista se baseia no braço indígena para sua continuidade e manutenção.

b) Os Tukano Orientais habitam tradicionalmente áreas do território brasileiro e colombiano, dispersos na bacia do Rio Uaupês e afluentes Tiquiê e Papuri, Querari e Cuduyari bem como a região do Pira-paraná, na Colômbia. Os Tukano orientais estão representados no Médio Rio Negro pelos Tukano, Desana, Arapaço, Piratapuaia, Siriano, Karapanã, Tuyuka e Kobewa. Constituem cerca de 52% da população indígena total.

O sistema social comum aos diversos grupos Tukano está baseado na troca de irmãs entre grupos patrilineares exogâmicos, através de uma aliança prescritiva simétrica. Esses grupos exogâmicos se diferenciam pela língua, diacrítico da identidade, além da especialização artesanal. A exogamia linguística e a especialização artesanal determinam a natureza das relações desses povos com o contexto regional. As unidades linguísticas estão fortemente ligadas por laços de parentesco e por trocas de bens e serviços, constituindo uma rede de relações que se espalha por todo o Noroeste da Amazônia. Descendência e língua estão ligadas à patrilinearidade.

dade. Os membros de um mesmo grupo linguístico se consideram irmãos e fazem referência a um mesmo grupo linguístico de irmãos ancestrais. Os membros de um mesmo grupo linguístico ocupam território definido, circunscrito a um trecho do rio ou igarapé.

c) Os Maku vivem tradicionalmente em território Colombiano e Brasileiro, dispersos em uma vasta área de florestas nas zonas interfluviais do Noroeste da Amazônia. Dividem-se em seis grupos, distinguíveis entre si não somente pela área que ocupam como pela língua que falam: Nukak, Bara (ou Kakwa), Hupda, Yuhup, Dâw, Nadêb. Ao contrário dos povos de língua Tukano e Aruak, os Maku orientam-se no sentido da floresta. Embora pratiquem uma modesta agricultura de abate e queima, sua economia é centrada na caça e na coleta.

Dado o isolamento geográfico e social característico de sua orientação florestal, os Maku escaparam por mais tempo da ação missionária. Por esta razão mantêm muito de seus traços culturais tradicionais.

Desde tempos imemoriais, os grupos Maku levam sua vida social e econômica em três ambientes distintos e complementares: as aldeias Maku, os acampamentos de caça e as aldeias dos índios do rio. O esgotamento temporário da caça nas imediações da aldeia constitui fator de migração para os acampamentos de caça no interior da floresta.

Não reconhecendo hierarquias ou regras residenciais como critérios formais de organização social são poucos estáveis na composição dos grupos, o que os leva a se dispersarem, constantemente, no interior da floresta. A fluidez local e a grande mobilidade espacial dos grupos domésticos Maku podem ser consideradas como obstáculos ao contato com os brancos.

O único grupo Maku, ocupante tradicional, da área do Médio Rio Negro são os Dâw. Habitam a região desde tempos imemoriais e reconhecem a área como seu território de circulação. Ao longo do século os Dâw foram sendo aliciados pelos padrões do extrativismo o que resultou em uma acentuada depopulação do grupo. Desde 1986 os missionários da Associação Linguística Evangélica Missionária - ALEM atuam entre eles, estudando sua língua, prestando assistência médica. Atualmente os Dâw vivem em duas aldeias: Uaruá situada em frente a São Gabriel da Cachoeira, cadastrada no INCRA em nome do missionário Valteir Martins e Acará situada mais a jusante. A população atual Dâw chega a 78 pessoas. Experimentam atualmente, uma recuperação populacional e cultural.

5. RELAÇÕES INTRA E INTERÉTNICAS

As relações políticas intra e interétnicas estão intimamente associadas ao sistema de parentesco e às atividades econômicas. Há grupos de comunidades em que as relações de parentesco entre si são mais fortes, desenvolvendo uma política de reciprocidade nas atividades de caça, pesca e coleta, bem como no trabalho extrativista. Atualmente, as relações políticas interétnicas têm se intensificado com a atuação da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRIN) que unifica politicamente todas as comunidades do Médio Rio Negro, filiada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), criando uma rede intercomunitária na região.

As atividades econômicas estão baseadas nas relações de parentesco e políticas intercomunitárias. A atividade extrativista, caracterizada na região pela coleta de cipó e piaçaba, é realizada pelos "frequeses" ou coletores que se associam para tal fim.

As cerimônias rituais e religiosas bem como as atividades terapêuticas tradicionais caracterizam as relações intra e interétnicas de modo intenso. O ritual do Dabukuri, um dos mais realizados na região, compreende uma festa em que há troca de bens e do qual participam diversas unidades linguísticas. Este ritual marca a importância dada pelos índios à necessidade de união interétnica e intercomunitária entre grupos que mantêm relações de parentesco e casamento. Essas festas são realizadas anualmente em várias comunidades no Médio Rio Negro e marcam o término ou início dos trabalhos comunitários, bem como os ciclos naturais que determinam as diversas atividades econômicas.

As relações sociais estão baseadas em diversos fatores que de terminam o grau de aproximação e ou distanciamento entre grupos étnicos ou entre comunidades. O tecido social da área é assim composto pelo sistema de parentesco e casamento, pelas relações políticas, pelas atividades econômicas e pelos acontecimentos cerimoniais.

6. RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO

A população indígena do Médio Rio Negro mantém uma estreita relação com seu território, concebido como fonte básica de manutenção e reprodução de sua existência física e cultural. O espaço é ecologicamente diversificado e está associado a espécies animais e vegetais plenamente conhecidas, assim como a um manancial de referências cosmológicas.

O ecossistema diversificado e pobre (solo oligotrófico e águas ácidas) organiza e influencia as atividades econômicas dos índios, sobretudo, no que diz respeito à dispersão homogênea dos recursos naturais ao longo do território. Nas áreas próximas às cidades de São Gabriel da Cachoeira ou Santa Isabel a pobreza dos recursos naturais é acentuada dada as atividades de caça e pesca predatórias realizadas por comerciantes. A soma dos aspectos ecológico-econômico induzem a uma multiplicidade e variedade de uso econômico do território pelos índios, especialmente quanto ao aspecto da distribuição espacial das diversas atividades de subsistência.

A atividade agrícola só pode ser realizada nas áreas onde há manchas de terra firme ou "mata virgem" que ocorrem isoladamente e de maneira irregular na região. Além disso, a produtividade do solo tem duração que varia entre dois e três anos, resultando no abandono das roças, após esse período. Isso significa dispersão de famílias que passam a morar próximas às novas áreas de plantio. As capoeiras velhas são utilizadas durante muitos anos no aproveitamento de árvores frutíferas.

As atividades de caça, pesca e coleta requerem espaços cada vez maiores e mais complexos. A pesca é realizada sobretudo nos igarapés que desaguam no Rio Negro. A coleta e a caça se vinculam a fatores ecológico-econômicos. O extrativismo de fibras de piaçaba e cipó, realizado desde o século XVIII, é retirado das matas nativas do território tradicional dos índios, constituindo atividade através da qual os índios conseguem mercadorias que foram habitados a consumir ao longo dos séculos de colonização.

O semi-nomadismo dos Maku e o fato de viverem e transitarem constantemente pelo interior das matas implica na utilização de um território muito maior do que o território utilizado pelos grupos Tukano e Aruak. A imensidão do território de caça e coleta dos povos Maku pode ser avaliada pelos "varadores" existentes na floresta e o tempo gasto para percorrê-los.

7. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E MEMÓRIA ORAL SOBRE O TERRITÓRIO

A região do Médio Rio Negro possui significação arqueológica. A margem dos rios, Igarapés e interior da floresta atestam a evidência da presença humana antes e depois da chegada do homem branco às Américas. Existem comunidades e habitações atuais localizadas sobre sítios arqueológicos importantes com o afloramento de material cerâmico e lítico.

A memória oral sobre o território está presente na mitologia dos índios e está relacionada à criação do mundo e dos homens assim como de heróis culturais de cada um dos povos. Fazem referência a tempos imemoriais e representam dado incontestado da ocupação tradicional daquele território. Os locais míticos existentes estão geralmente associados a serras e corredeiras. Além da mitologia a memória oral sobre o território pode ser comprovada através da toponímia empregada para definir os pontos geográficos mais importantes do Médio Rio Negro.

8. O CONTEXTO FUNDIÁRIO

a) A área indígena do Médio Rio Negro, tem sido reivindicada pelos povos indígenas que ali habitam há muitos anos. As décadas de 70 e 80 são marcadas pela intrusão de expressivo contingente populacional que chega à região estimulado, inicialmente, pela construção da BR 307 (Perimetral Norte). Posteriormente, a instalação do Projeto Calha Norte, das empresas mineradoras, a chegada de garimpeiros e o incremento de agências do Estado, resultam em novas ondas migratórias. Em 1990 a população indígena identifica, em documento enviado à Procuradoria Geral da República, os principais problemas que incidem sobre seu território. Entre esses constavam: a presença da gleba militar, temor quanto ao retorno das empresas mineradoras, a presença de garimpeiros, a manutenção do "sistema de aviação" e o reiterado discurso assimilacionista dos grupos hegemônicos locais.

b) Propostas anteriores: em 1991 a Procuradoria Geral da República de posse do Laudo Antropológico realizado com base nas reivindicações da população indígena do Médio Rio Negro, estipulou para a área uma extensão de 2.142.000 ha aproximadamente, abrangente da quase totalidade das comunidades existentes na Área Indígena do Médio Rio Negro, área essa única e contínua, banhada pelos Rios Curicuriari e Marié, tributários do Rio Negro, além de toda extensa rede de igarapés existentes. A área proposta em 1991 situava-se entre os municípios de São Gabriel da Cachoeira/AM e Santa Isabel do Rio Negro/AM, abrigando uma população indígena diversificada lingüística e etnicamente. O Laudo Antropológico/1991 constituiu peça fundamental no processo que o Ministério Público moveu contra a União/FUNAI.

c) Proposta Atual: A ação movida pelo Ministério Público contra a União pelo atraso na demarcação da área pleiteada pela população indígena do Médio Rio Negro, levou a FUNAI a constituir um grupo de trabalho para proceder à identificação e dar início ao procedimento administrativo da demarcação. O G.T. designado (Portarias: 1247/93, 1257/93 e 1270/93), assumiu a área contida no Laudo Antropológico/91 como proposta inicial de seu levantamento. Após trabalho de campo o G.T. concluiu que a área estipulada no Laudo Antropológico/91, da Procuradoria Geral da República, continha as dimensões acertadas e condizentes com as necessidades interativas, de produção e reprodução física e cultural dos povos indígenas da região.

9. CONCLUSÃO

Pelo exposto, somos favoráveis a proposta em questão, sendo da maior urgência seu encaminhamento ao Ministério da Justiça.

ISA MARIA PACHECO ROGEDO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO Nº 36, DE 19 DE AGOSTO DE 1994

Assunto: Processo nº FUNAI/BSB/1564/94. Referência: Área Indígena MÉDIO RIO NEGRO. Interessados: Grupos Indígenas Baré, Baniwa, Tukano, Tuyuka, Tariano, Desana, Dãw, Nadêb, Arapaço, Piratapuaia, Siussi e Warequena. EMEN TA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1564/94, e considerando o Parecer nº 107/DID/DAF/94, de autoria da Antropóloga Isa Maria Pacheco Rogê do que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado Parecer para afinal, reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Área Indígena MÉDIO RIO NEGRO, de ocupação dos respectivos grupos tribais: Baré, Baniwa, Tukano, Tuyuka, Tariano, Desana, Dãw, Nadêb, Arapaço, Piratapuaia, Siussi e Warequena, com a superfície e perímetro aprovados de 2.142.000 ha e

1.033 km respectivamente, localizada nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no DOU do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º, do Decreto nº 22/91.

3. Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

DINARTE NOBRE DE MADEIRO

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

GRUPOS INDÍGENAS
D'AW (Maku), BARÉ, BANIWA, TUKANO, DESANA, TARIANA, PIRATAPUIA, ARA
PAÇO, SERIANA, WANANA, TUYUKA, CARAPANÁ, KOBEWA, JURUTI, WEREKENA

LOCALIZAÇÃO
MUNICÍPIOS: SÃO GABRIEL DA CACHEIRA E SANTA ISABEL DO RIO NEGRO ESTADO: AMAZONAS

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°05'50" N	67°20'26"WGr.
LESTE	00°14'01" S	65°25'15"WGr.
SUL	01°22'05" S	68°26'21"WGr.
OESTE	00°56'40" S	69°09'52"WGr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
NA-19-2-D	1:250.000	DSG	1980
SA-19-X-B	1:250.000	DSG	1984
SA-20-V-A	1:250.000	DSG	1984
SA-19	1:1.000.000	IBGE	1982

DIMENSÕES

ÁREA: 2.142.000 ha (dois milhões cento e quarenta e dois mil hectares aproximadamente).
PERÍMETRO: 1.033 km (mil e trinta e três quilômetros aproximadamente)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo do ponto 01 (extremo oeste), de coordenadas aproximadas Lat. 00°56'40"S e Long. 69°09'52"WGr., localizado no alto Rio Marié, segue-se pela margem esquerda do mesmo rio, no sentido jusante, até o ponto 2, de coordenadas aproximadas Lat. 00°26'43"S e Long. 66°25'38"WGr., localizado na confluência do Marié com o Igarapé Tuabo; daí, segue por este igarapé no sentido montante até a sua cabeceira, ponto 03, de coordenadas aproximadas Lat. 00°34'54"S e Long. 66°22'22"WGr.; daí, segue até o ponto 04, de coordenadas aproximadas Lat. 00°38'49"S e Long. 66°20'44"WGr.; daí, segue até o ponto 05, de coordenadas aproximadas Lat. 00°27'52"S e Long. 66°17'34"WGr.; daí, segue até o ponto 06, de coordenadas aproximadas Lat. 00°27'06"S e Long. 65°57'00"WGr.; daí, segue até o ponto 07, de coordenadas aproximadas Lat. 00°24'56"S e Long. 65°52'32"WGr.; daí, segue até o ponto 08, de coordenadas aproximadas Lat. 00°27'00"S e Long. 65°47'30"WGr.; daí, segue até o ponto 09, de coordenadas aproximadas Lat. 00°24'56"S e Long. 65°44'44"WGr.; daí, segue até o ponto 10, de coordenadas aproximadas Lat. 00°27'42"S e Long. 65°28'18"WGr. localizado na cabeceira do Igarapé Uainúmale; daí, segue por este igarapé, pela margem esquerda, no sentido jusante, até a sua foz no Rio Negro, no ponto 11, de coordenadas aproximadas Lat. 00°20'40"S e Long. 65°27'00"WGr.; daí, segue pelo Rio Negro, no sentido montante até o ponto 12, de coordenadas aproximadas Lat. 00°19'22"S e Long. 65°28'18"WGr.; daí, atravessando para a margem esquerda do Negro, para o ponto 13, de coordenadas aproximadas Lat. 00°17'37"S e Long. 65°27'33"WGr.; daí, segue no sentido jusante até o ponto 14, de coordenadas aproximadas Lat. 00°17'37"S e Long. 65°25'41"WGr., localizado na foz do Igarapé Inambu; daí, segue pelo Igarapé Inambu no sentido montante, até a cachoeira do Tamanduá, no ponto 15 (extremo Leste), de coordenadas aproximadas Lat. 00°14'01"S e Long. 65°25'15"WGr.; daí, segue até o ponto 16, de coordenadas aproximadas Lat. 00°11'27"S e Long. 65°29'53"WGr.; daí, segue até o ponto 17, de coordenadas aproximadas Lat. 00°14'44"S e Long. 65°35'27"WGr.; daí, segue até o ponto 18, de coordenadas aproximadas Lat. 00°10'12"S e Long. 65°45'46"WGr.; daí, segue até o ponto 19, de coordenadas aproximadas Lat. 00°10'12"S e Long. 65°45'46"WGr.; daí, segue até o ponto 20, de coordenadas aproximadas Lat. 00°08'44"S e Long. 65°50'01"WGr.; daí, segue até o ponto 21, de coordenadas aproximadas Lat. 00°11'04"S e Long. 65°58'32"WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Cauaboris, daí, segue até o ponto 22, de coordenadas aproximadas Lat. 00°06'46"S e Long. 66°18'20"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Acunã; daí, segue até o ponto 23, de coordenadas aproximadas Lat. 00°02'44"S e Long. 66°22'54"WGr., localizado no alto Igarapé Morueni; daí, segue até o ponto 24, de coordenadas aproximadas Lat. zero (equador) e Long. 66°36'56"WGr., localizado no alto Igarapé Uibarã; daí, segue pelo equador para oeste com distância aproximada de 22.880 metros, até o ponto 25, de coordenadas aproximadas Lat. zero (equador) e Long. 66°49'25"WGr., localizado no alto Igarapé Miuã; daí, segue pela margem esquerda deste, no sentido jusante, até a sua foz no Rio Negro, no ponto 26, de coordenadas aproximadas Lat. 00°09'10"S e Long. 66°52'05"WGr.; daí, segue pelo Rio Negro no sentido montante, até o ponto 07, de coordenadas aproximadas Lat. 00°08'11"S e Long. 66°54'49"WGr., localizado na foz de um igarapé sem denominação no Rio Negro; daí, atravessando para a margem direita do Negro, com Azimute aproximado de 180, até o ponto 28, de coordenadas aproximadas Lat. 00°10'04"S e Long. 66°54'49"WGr., localizado na foz do Igarapé Icaçabo no Rio Negro; daí segue pelo Rio Negro, no sentido montante até o ponto 29, de coordenadas aproximadas Lat. 00°05'50"N e Long. 67°20'26"WGr. (extremo Norte), localizado na confluência do Rio Uaupés com o Rio Negro; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximada de 180 e 46.031 metros, até o ponto 30, de coordenadas aproximadas Lat. 00°19'08"S e Long. 67°20'26"WGr., localizado na margem esquerda do Rio Curicuriari; do ponto 30 segue pelo Rio Curicuriari, no sentido montante, até o ponto 31, de coordenadas aproximadas Lat. 00°43'10"S e Long. 68°36'05"WGr., situado na confluência com o Rio Dji; daí, segue pelo Rio Dji, no sentido montante, até o ponto 32, de coordenadas aproximadas Lat. 00°45'23"S e Long. 68°46'58"WGr.; localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximada de 244°30' e 47.000 metros, até o ponto 01, inicial da descrição. Técnico Responsável: ORISON LEITE RAMALHO - CREA 1830/TD.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: DOU

Class.: 04D 291(8)

Data: 26.09.94

Pg.: Sec 1

pp 14513

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO (*)

DENOMINAÇÃO

Terra Indígena MÉDIO RIO NEGRO

ALDEIAS INTEGRANTES

COMUNIDADES: ACARÁ, BAUARI, BOA VISTA, CASTANHEIRA, MARICOTA, ILHA DAS FLORES, SÃO LUIS, SÃO MIGUEL, SÃO SEBASTIÃO, CAMANAUS, TANCREDO NEVES, MERCÊS, CURICURIARI, SÃO JORGE, TUMBIRA, JUPATI, SÃO PEDRO, CAJURI, TA PURUQUARA-MIRIM, WARURÁ, TAPERERA, ILHA DO PINTO, BACABAL, VILA NOVA, LIVRAMENTO, ARUTI, CARIXINA, MAÇARABI, NOSSA SENHORA AUXILIADORA.

GRUPOS INDÍGENAS

ARAPAÇO, BARÉ, CARAPANÁ, DAW, DESSANO, JURITI, KOBOWA, NADÊB, PIRATA - PUIA, TUKANO, WAREKENA, YUHUP.

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro

ESTADO: Amazonas

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°06'57''N	67°18'51'' WGr.
LESTE	00°11'30''S	65°24'50'' WGr.
SUL	01°20'50''S	68°28'20'' WGr.
OESTE	00°57'00''S	69°09'10'' WGr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR-40,53,54,55,56,70	1:250.000	RADAM	1975

DIMENSÕES

ÁREA: 2.142.000 ha (dois milhões, cento e quarenta e dois mil hectares aproximadamente).
 PERÍMETRO: 1.033.000 m (um milhão e trinta e três mil metros aproximadamente).

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas de 00°57'00"S e 69°09'10"WGr., no alto Rio Marié. Daí, segue em linha reta até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 00°45'28"S e 68°46'54"WGr., na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Dji. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 00°43'10"S e 68°36'15"WGr., na confluência com o Rio Carari, que após esta confluência passa a denominar-se Rio Curicuriari. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'10"S e 67°20'38"WGr., na foz do Igarapé Curupirã, daí, segue em linha reta, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'22"N e 67°20'35"WGr., na margem direita do Rio Uaupés, próximo a comunidade de São Joaquim. Daí, atravessa este até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'52"N e 67°20'09"WGr., na sua margem esquerda. Daí segue em linha reta, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'31"N e 67°19'27"WGr., na margem direita do Rio Negro. Daí, atravessa este, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'57"N e 67°18'51"WGr., na foz do Igarapé Viram com a margem esquerda do Rio Negro. Daí, segue pelo Rio Negro, a jusante até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'31"N e 67°15'54"WGr. Daí, atravessa o mesmo, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'08"N e 67°16'07"WGr., na margem direita. Daí, segue a jusante até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'05"S e 66°54'49"WGr. Daí, atravessa o mesmo, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'08"S e 66°54'46"WGr., na margem esquerda. Daí, segue a jusante, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'07"S e 66°51'58"WGr., na foz do Igarapé Mauã. Daí, segue por este até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" (linha do Equador) e 66°49'20"WGr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" (linha do Equador) e 66°36'50"WGr., na cabeceira do Igarapé Fioborã. Daí, segue em linha reta até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 00°02'36"S e 66°22'41"WGr., na cabeceira do Igarapé Maruine. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 00°04'07"S e 66°17'04"WGr., na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Iriari. Daí, segue pelo último a jusante até sua foz no Rio Cauaburi, no Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 00°03'28"S e 66°08'12"WGr. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'54"S e 65°58'27"WGr., na foz de um igarapé sem denominação. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'44"S e 65°50'03"WGr., na cabeceira de um igarapé sem denominação. Daí, segue em linha reta até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'05"S e 65°45'54"WGr., na cabeceira do Igarapé Tarica. Daí, segue em linha reta até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 00°12'15"S e 65°40'44"WGr., na cabeceira do Igarapé Castanho. Daí, segue em linha reta até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'35"S e 65°35'14"WGr., na cabeceira do Igarapé Mauiã. Daí, segue em linha reta até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'21"S e 65°26'18"WGr., na cabeceira do Igarapé Barará. Daí, segue a jusante até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'30"S e 65°24'50"WGr., na foz do Igarapé Inambu.

LESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Inambu a jusante até sua foz no Rio Negro, no Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'38"S e 65°25'39"WGr. Daí, atravessa uma parte do Rio Negro, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'15" e 65°27'19"WGr., na ponta oeste de uma ilha. Daí, atravessa a outra parte do Rio Negro, até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas de 00°20'40"S e 65°27'00"WGr., na foz do Igarapé Uainumale. Daí, segue por este a montante, até sua cabeceira, no Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'42"S e 65°28'18"WGr.

SUL: Daí, segue em linha reta, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas 00°24'56"S e 65°44'44"WGr. Daí, segue em linha reta até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'00"S e 65°47'30"WGr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas 00°24'56"S e 65°52'32"WGr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'06" S e 65°57'00"WGr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'52"S e 66°17'04"WGr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas 00°33'48"S e 66°20'44"WGr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 36, de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'54"S e 66°22'22"WGr., na cabeceira do Igarapé Sucuriju. Daí, segue por este a jusante, até sua foz, na margem esquerda do Rio Marié, no Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas 00°26'43"S e 66°24'55"WGr. Daí, segue por este a montante, até o Ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 01°20'50"S e 68°28'20"WGr., em frente a foz do Igarapé Rubo.

OESTE: Do ponto antes descrito, segue ainda pela margem esquerda do Rio Marié, até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro. Técnico Responsável. ORISON LEITE RAMALHO - CREA 1830/TD.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de 22-8-94, Seção 1, pág. 12608/09.